



Subcomissão quer mais apoio para doenças raras

Brasil possui cerca de 13 milhões de pessoas com doenças raras. Relatório final do colegiado recomenda que doentes tenham acesso privilegiado a tratamentos, serviços e medicamentos pelo SUS

O relatório final da Subcomissão sobre Doenças Raras, ligada à Comissão de Assuntos Sociais, recomenda apoio ao projeto que institui a Política Nacional para Doenças Raras no Sistema Único de Saúde.

O objetivo da política, aprovada pelo Senado com modificações e devolvida à Câmara, é proporcionar acesso a serviços, medicamentos e cuidados adequa-

dos aos pacientes. Estima-se que cerca de 13 milhões de brasileiros possuam doenças raras.

A política determina que remédios para essas enfermidades, chamados medicamentos órfãos, tenham prioridade de análise do registro sanitário pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O relator da subcomissão foi Ronaldo Caiado e o presidente, Waldemir Moka. 3



Marcos Oliveira/Agência Senado

Com incentivo ao Nordeste, MP do setor automotivo vai a Câmara

Foi aprovada na quarta-feira em comissão mista a MP 843/2018, que institui o Programa Rota 2030, que garante incentivos fiscais para o setor automotivo. No texto, que precisa ser aprovado pelos Plenários da Câmara e do Senado até 16 de novembro, foi incluído acordo, após negociação entre os parlamentares e a equipe econômica do governo, que prorroga até 2020 os benefícios para estados como Bahia, Ceará e Pernambuco. 3

Hoje é o último dia para propaganda eleitoral no rádio e na TV



Leo Corchiaro

Termina hoje o prazo para propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV, divulgação de campanha paga na imprensa escrita e a realização de debates. Amanhã é o último dia para propaganda eleitoral com alto-falantes ou amplificadores de som, distribuição de material gráfico e carreata. E no domingo, dia das eleições, fica proibida a aglomeração de pessoas que caracterizem manifestação coletiva. 4

Carreatas e passeatas só podem ser feitas até sábado, véspera das eleições

Empresa deve estar adimplente para disputar licitação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa projeto que torna obrigatória, na habilitação para licitações públicas, a prova de adimplência em relação a empréstimos subsidiados por bancos de fomento e similares. A intenção é evitar que empresas inadimplentes com agências e bancos públicos, como o BNDES, disputem licitações do poder público. 4

Prorrogada vigência de medida provisória que adia aumento de servidores

Foi publicada ontem no *Diário Oficial da União* a prorrogação por mais 60 dias da vigência da medida provisória que cancelou ou adiou o aumento salarial de várias carreiras do serviço público.

Foi adiado por um ano o reajuste antes acertado para janeiro de 2019 de várias carreiras, como Banco Central, Polícia Federal e Receita Federal, além de médicos, professores e diplomatas. Em alguns casos, foi

cancelado o aumento em forma de adicional ou gratificação.

A medida alcança 209 mil servidores civis ativos e 163 mil inativos, representando uma economia de R\$ 4,7 bilhões em 2019, segundo o governo.

Os ajustes acordados em 2015 levavam em conta inflação sempre acima de 5% ao ano, "sendo que atualmente o índice acumula alta de 4,39% nos últimos 12 meses", argumenta o Executivo. 2

Além de policiais federais, servidores da Receita e do Banco Central também foram atingidos pela MP



Receita Federal

O Brasil em construção

Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 17 de dezembro
Salão Negro do Congresso Nacional
Mais informações: cn.leg.br/visite



MP dos salários de servidores é prorrogada

Medida provisória que adia por um ano ou cancela reajustes acertados no governo Dilma Rousseff ainda aguarda a instalação de comissão mista e já recebeu 120 emendas

A MEDIDA PROVISÓRIA que cancela ou adia o aumento salarial de várias carreiras do serviço público teve a vigência prorrogada por mais 60 dias. O ato foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*.

A MP 849/2018 adia por um ano o reajuste, antes acertado para janeiro de 2019, de várias carreiras, como as do Banco Central, da Polícia Federal e da Receita Federal, além de médicos, professores e diplomatas. Em alguns casos, fica cancelado o aumento em forma de adicional ou gratificação.

A medida foi editada e, na mensagem enviada ao Congresso, o governo informa que ela alcança 209 mil servidores civis ativos e 163 mil inativos e vai propiciar uma economia de R\$ 4,7 bilhões para o exercício de 2019, “representando uma contribuição expressiva para a readequação dos gastos públicos”.

Acordos de 2015

Segundo o governo, os ajustes acordados com os servidores — ainda em 2015, durante o governo de Dilma Rousseff — levavam em conta uma inflação sempre acima de 5% ao ano, “sendo que atualmente o índice acumula alta de 4,39% nos últimos 12



Os policiais federais estão entre os servidores que tiveram aumento salarial atingido pela medida provisória

meses”. Para o Executivo, a situação de restrição fiscal e a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu um teto para os gastos públicos, também justificam a edição da norma.

Em outubro de 2017, o governo Temer já havia editado uma MP que, entre outros assuntos, também tratou do adiamento do aumento de servidores públicos (MP 805/2017). Na época, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu os dispositivos que tratavam da postergação e do cancelamento dos reajustes.

A medida provisória acabou por perder sua eficácia por decurso de prazo. Posteriormente,

o governo editou a MP 849 para adiar o aumento dos servidores.

Oposição

Quando os dispositivos da MP 805 foram suspensos, em dezembro, senadores da oposição foram à tribuna elogiar a decisão do ministro e defender o aumento aos servidores. Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a decisão do ministro foi acertada e repõe as perdas inflacionárias dos servidores públicos. Hélio José (Pros-DF) afirmou que a medida provisória promovia, na verdade, um confisco dos salários dos servidores. Já Ângela Portela (PDT-RR) disse que a liminar do STF barrou mais uma

ação em que o governo de Michel Temer afronta direitos e conquistas dos servidores públicos.

A MP 849 já recebeu mais de 120 emendas — a maioria para retirar carreiras sujeitas ao texto. Os deputados Hugo Leal (PSD-RJ) e José Medeiros (Pode-MT), por exemplo, pretendem excluir da MP os servidores das Polícias Federal e Rodoviária Federal. Paulo Paim (PT-RS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) querem cancelar a suspensão do aumento para todas as carreiras. Ela afirma que o governo quebra o acordo feito em 2015.

Na mesma linha, José Pimentel (PT-CE) apresentou emendas para evitar o adia-

mento do reajuste para os servidores. O senador ainda sugere o aumento de 4,11% para algumas carreiras, em janeiro de 2020. Na visão dele, a medida nem sequer poderia ser admitida, já “que reproduz matéria contida integralmente na MP 805”.

Ele argumenta que a MP 805, apesar de editada no ano passado, perdeu a validade já em 2018 e a Constituição veda a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido a eficácia por decurso de prazo.

Hélio José apresentou uma emenda para garantir o aumento de várias carreiras. Ele alega que “argumentos envolvendo a aplicação do novo regime fiscal não se prestam a inviabilizar o reajuste que a MP pretende postergar”. Na opinião do senador, adiar os aumentos é “flagrantemente inconstitucional”.

Recursos de loterias

Outra medida provisória, a 841/2018, que mudava a divisão dos recursos arrecadados com as loterias federais, perdeu a validade. Uma nova MP, no entanto, já alterou essa divisão: a MP 846/2018, que está em vigência.

Eleitor não aceita mais corrupção no Brasil, afirma Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) disse na quarta-feira que o resultado do primeiro turno demonstra que a população não aceita mais corrupção e quer o fim de privilégios para políticos.

— Temos que nos curvar à decisão soberana do eleitorado brasileiro. Temos que fazer uma autocrítica nossa, parlamentares e políticos. Eleitor quer gestão séria. Não gastar muito. Ter seriedade no mandato. Privilégios precisam ser repensados.



Geraldo Magela/Agência Senado

Para Vanessa, povo vai decidir entre democracia e violência

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) chamou a atenção na quarta-feira para o momento vivido pelo país. Segundo ela, é hora de a população escolher “entre o caminho da democracia e do respeito às liberdades e o caminho da truculência”.

— Eu defendo o socialismo porque defendo uma sociedade mais justa e quero ter a possibilidade de continuar essa defesa onde quer que esteja, de forma pacífica e sem violência.



Geraldo Magela/Agência Senado

Kátia Abreu esclarece que votará em branco no segundo turno

Kátia Abreu (PDT-TO) informou na quarta-feira que vai votar em branco no segundo turno da eleição presidencial. Ela disse que analisou os planos de governo dos dois candidatos e nenhum deles a convenceu.

— Votarei em branco. E isso não me diminui em absolutamente nada. Eu não vou dar o meu voto para um projeto em que eu não acredito. Como senadora, não aconselho isso à população. Que cada um faça as suas escolhas.



Geraldo Magela/Agência Senado

Lídice da Mata critica falas de Jair Bolsonaro sobre opositores

Lídice da Mata (PSB-BA) criticou na quarta-feira afirmações de Jair Bolsonaro segundo as quais seus oponentes deveriam ser presos ou enviados para fora do país.

Ela declarou que não aceitará a retirada de nem “uma vírgula” do texto constitucional. A senadora também disse estar otimista em relação ao dia da eleição.

— O povo está tomando consciência da ameaça da posição do candidato do PSL.



Geraldo Magela/Agência Senado

Wellington explica as emendas ao Orçamento na área da educação

Wellington Fagundes (PR-MT) comentou as emendas da Comissão de Educação ao Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA).

As relativas à educação abrangem os ensinos básico e o superior. Nas escolas de ensino fundamental e médio, a previsão é de aplicar R\$ 100 milhões no Projeto Caminho da Escola, que compra vans para transportar crianças.

A outra emenda favorece a interiorização do ensino superior do país.



Jefferson Rucly/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Ligada à Comissão de Assuntos Sociais, a subcomissão aprovou o texto de Ronaldo Caiado na semana passada

Relatório defende política nacional para doenças raras

Documento de subcomissão que debateu o assunto recomenda apoio à proposta destinada a proporcionar acesso a medicamentos e tratamentos aos cerca de 13 milhões de doentes do país

A PRIORIDADE AO projeto que institui uma nova Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das principais recomendações do relatório da Subcomissão sobre Doenças Raras, aprovado na semana passada.

O PLC 56/2016 determina a criação de uma rede nacional de cuidados ao paciente. A proposta foi alterada pelo Senado e voltou em julho à Câmara.

Relator da subcomissão, que é vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que um dos objetivos do colegiado, presidido por Waldemir Moka (MDB-MS), foi contribuir para melhorar a infraestrutura de atendimento aos cerca de 13 milhões de brasileiros que sofrem com doenças raras.

Acesso

O objetivo da nova política, prevista no projeto, é proporcionar acesso a serviços e cuidados adequados aos pacientes diagnosticados com alguma forma de doença rara e, quando for o caso, disponibilizar tratamentos, até mesmo por meio de mecanismos diferenciados de registro sanitário e com a incorporação pelo SUS dos chamados “medicamentos órfãos”, cuja produção não costuma ser de interesse dos grandes laboratórios devido ao pequeno número de possíveis usuários.

O projeto determina que os medicamentos órfãos tenham preferência na análise do registro sanitário pela Anvisa. O prazo máximo para a conclusão dos processos será de 120 dias.

O texto ainda prevê que a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), órgão interministerial no qual a Anvisa ocupa

a secretaria-executiva, não poderá ultrapassar 90 dias no processo de fixação do preço de cada medicamento. E a incorporação do medicamento órfão deverá ser considerada sob o critério da relevância clínica, não sob o critério custo-efetividade.

— Diversas entidades que representam esses pacientes pediram prioridade e rapidez na análise desses medicamentos tanto na Anvisa quanto na Conitec [Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no SUS]. Uma vez incorporados ao arsenal terapêutico do SUS, poderão ser disponibilizados gratuitamente — disse Caiado.

Agilidade

No relatório, Caiado aponta que a efetivação da Política Nacional de Doenças Raras contribuirá para diminuir a chamada judicialização da saúde. “Um direito legítimo de pacientes que conseguem acesso a medicamentos por meio de sentenças judiciais”, segundo o senador, mas que também explicita que o sistema está funcionando de forma anômala.

— Só no intervalo entre janeiro de 2016 e julho de 2017, o Ministério da Saúde gastou R\$ 1,67 bilhão atendendo ordens judiciais de compra de medicamentos para doenças raras — informou o senador.

O relatório também aponta outras insuficiências no modelo em vigor, que poderão ser supridas pela nova Política Nacional de Doenças Raras. Há hoje uma dificuldade de acesso a unidades especializadas em diagnóstico e no tratamento das doenças, e a falta de uma rede assistencial de referência.

Segundo o projeto, caberá à União disponibilizar incentivos de custeio mensais referentes à contratação de

equipes profissionais. Caberá ao Poder Executivo fixar os valores dos incentivos. Os recursos serão repassados do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para fundos estaduais e municipais, como transferências correntes e obrigatórias.

Caberá também à União, por meio do Ministério da Saúde, o apoio à implementação e ao financiamento da Rede Nacional de Cuidados ao Paciente com Doença Rara.

Cada estado deverá criar pelo menos um Centro de Referência para tratamento de doenças raras. A intenção é aproveitar, dentro do possível, a estrutura já existente em universidades e hospitais universitários.

A implantação de pontos de atenção que compõem o componente de Atenção Especializada e Reabilitação visa promover a melhoria da qualidade de vida dos pacientes com doenças raras, especialmente os sem tratamento medicamentoso no mercado.

Tratamento

Estima-se que menos de 5% das doenças raras tenham possibilidade de cura. Mas, para grande parte delas, os tratamentos são limitados. Existem ainda doenças desprovidas de qualquer terapêutica, para as quais só se pode contar com medidas paliativas. Nesses casos, os pacientes apresentam evolução clínica desfavorável, com complicações que podem atingir vários órgãos e sistemas. Exemplos desse grupo são a fibrose cística, que atinge os aparelhos respiratório e digestivo, a esclerose lateral amiotrófica, que acomete a musculatura esquelética, a adrenoleucodistrofia, doença causadora de distúrbios cognitivos, cegueira e surdez, e a doença de Huntington, que pode causar sequelas neuropsiquiátricas.

Medida provisória sobre setor automotivo vai para a Câmara

A comissão mista que analisa a medida provisória que institui o Programa Rota 2030 aprovou na quarta-feira o texto que garante incentivos fiscais para o setor automotivo. Foi incluída na MP 843/2018 a prorrogação do regime especial automotivo do Nordeste, que acabaria em 2020. O texto, na forma de projeto de lei de conversão, segue para análise dos Plenários da Câmara e do Senado e precisa ser aprovado até 16 de novembro.

O Programa Rota 2030 — Mobilidade e Logística substituiu o Inovar-Auto, que vigorou entre 2013 e 2017. Assim como a política anterior, o Rota 2030 se baseia em incentivos fiscais. A principal medida do novo regime é a concessão de até R\$ 1,5 bilhão por ano de crédito tributário à indústria, como um todo, caso as montadoras participantes do Rota 2030 invistam ao menos R\$ 5 bilhões ao ano em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

De acordo com nota técnica da Consultoria de Orçamentos, os benefícios concedidos pela medida provisória somarão R\$ 2,1 bilhões em 2019, valor que terá que ser previsto no Orçamento. A previsão de renúncia é de R\$ 1,6 bilhão em 2020 e do mesmo valor em 2021.

Pelo texto, as empresas instaladas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste farão jus a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em relação às vendas entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2025, desde que apresentem projetos que contemplem novos investimentos e pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos.

A partir de 1º de janeiro de 2019, ou da data da habilitação, as empresas poderão descontar, do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) devidos, parte da despesa com P&D. O desconto será equivalente à aplicação das alíquotas dos dois tributos sobre 30% dos gastos em pesquisa no país.

Os investimentos em P&D considerados estratégicos terão direito a um desconto adicional sobre os tributos.

A empresa que descumprir as exigências do programa automotivo, como não realização de investimentos em P&D, será punida com suspensão da habilitação, com multa ou com o cancelamento da habilitação, sendo esta a maior sanção: a desabilitada terá que pagar ao governo os incentivos fiscais que recebeu do Rota 2030.



Senador Eduardo Amorim e deputado Alfredo Kaefer, presidente e relator

Brasil avança no combate ao câncer de mama, destaca Chaves

Propostas que popularizam a cultura de prevenção e combate ao câncer de mama foram citadas por Pedro Chaves (PRB-MS) como uma fórmula de sucesso. Ele falou sobre como a campanha Outubro Rosa, por exemplo, pode evitar a morte de milhares de mulheres brasileiras.

— A campanha Outubro Rosa aumenta o impacto do rastreamento do câncer.

O senador destacou a importância do exame de rotina.

— As taxas de mortalidade no Brasil são altas porque o diagnóstico é feito tarde demais. Especialmente a população vulnerável, com maior risco, precisa saber como se autoexaminar.

Reditario quer “acabar com privilégios em presídios brasileiros”

Reditario Cassol (PP-RO) cobrou na quarta-feira a votação de projeto dele que altera o Código Penal para “acabar com privilégios nos presídios brasileiros”. O PLS 542/2011 aumenta prazos para progressão de regime, acaba com direito de saída temporária para condenados a crimes hediondos e propõe o fim do chamado auxílio-reclusão, pago aos dependentes do segurado do INSS que estiverem na prisão. O senador também lamentou a baixa presença de parlamentares na Casa nesta semana. Para ele, senadores precisam trabalhar mais pela população.



Gerardo Magela/Agência Senado

Termina hoje propaganda eleitoral no rádio e na TV

No dia das eleições, é proibida a aglomeração de pessoas com vestuário padronizado ou bandeiras. Também é vedada a propaganda de boca de urna e o impulsionamento de conteúdo na internet

HOJE É O último dia para propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão, divulgação de campanha paga na imprensa escrita e a realização de debates. Amanhã, véspera do pleito, é o último dia para propaganda eleitoral com alto-falantes ou amplificadores de som, entre 8h e 22h. O prazo é o mesmo para a distribuição de material gráfico, caminhada, carreta, passeata ou carro de som que transite pela cidade divulgando músicas ou mensagens de candidatos. Ontem, terminou o prazo determinado pela legislação eleitoral para propaganda política em reuniões e comícios.

No domingo, dia das eleições, fica proibida a aglomeração de pessoas com vestuário padronizado ou bandeiras, broches, emblemas e adesivos que caracterizem manifestação coletiva. O uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreta também são proibidos. Segundo a lei, essas práticas podem ser punidas com detenção de seis meses a um ano. É permitida, porém,



Lincoln Cruz/Agência Senado

No segundo turno, foram 14 dias de propaganda gratuita na rádio e na TV

a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato.

Boca de urna

Também é vedada pela lei a propaganda de boca de urna e a publicação de conteúdo na internet, em sites de candidatos e partidos, e-mails, sites de mensagens instantâneas e redes sociais. Esses serviços podem ser mantidos em funcionamento com os conteúdos publicados antes do dia do pleito.

Segundo o calendário do

Tribunal Superior Eleitoral (TSE), podem ser divulgadas no domingo as pesquisas realizadas em data anterior à da eleição, para todos os cargos.

As pesquisas de boca de urna, feitas no dia da eleição, só podem ser divulgadas após encerrado o pleito. No caso de presidente, esse encerramento só se dá quando acabar a votação em todo o território nacional, em razão das diferenças de fuso horário. Nas disputas para governador, a divulgação das pesquisas pode ser feita após as 17h do horário local.

Licitações poderão exigir adimplência com bancos públicos

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) um projeto que torna obrigatória, na habilitação para licitações públicas, a prova de adimplência em relação a empréstimos subsidiados por bancos de fomento e similares. O autor da proposta, senador Pedro Chaves (PRB-MS), classificou como absurdo que empresas inadimplentes com entidades como BNDES, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste e outras agências públicas de fomento ainda disputem licitações do poder público.

Ao justificar o PLS 397/2018, Pedro Chaves criticou o uso dos recursos de crédito subsidiado para o favorecimento de “escolhidos pelo governo de plantão”, notadamente grandes grupos econômicos que obtêm dos bancos esta-

tais empréstimos em condições que não são alcançadas por empresas mais modestas. Ele lembrou que, entre 2007 e 2016, o Tesouro Nacional bancou R\$ 240 bilhões de diferença entre a taxa básica de juros (Selic) e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) praticada no crédito subsidiado e que certos “campeões nacionais” inadimplentes ainda se envolveram em escândalos de corrupção.

“Não só deixaram de pagar seus débitos. Algumas [empresas] chegaram ao cúmulo de lesar os cofres públicos duplamente, pela utilização de recursos auferidos de forma facilitada para corromper agentes públicos e gestores de estatais”, afirma o senador.

Atualmente o projeto aguarda designação do relator na CCJ.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Autor do projeto, Pedro Chaves critica participação de inadimplentes

ELEIÇÕES 2018

Luis Carlos Heinze (PP-RS)



Luiz Moretto/CD

Dívida gaúcha preocupa novo representante no Senado

Luis Carlos Heinze quer ajudar o Rio Grande do Sul

Luis Carlos Heinze chega ao Senado tendo conquistado 2,3 milhões de votos. Ele disse que trabalhará por mais recursos para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, além de lutar pela agricultura e pela renegociação da dívida dos estados com a União.

— Nós temos a dívida do Rio Grande do

Sul e a dívida de outros estados com a União, esse é um ponto que a gente vai focar.

Luis Carlos Heinze, 68 anos, é natural de Candelária (RS). Está no quinto mandato como deputado federal do Rio Grande do Sul.

Na Câmara, integrou o Conselho de Ética e foi vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Juíza Selma Arruda (PSL-MT)



Arquivo pessoal

Juíza aposentada promete combater corrupção e crime

Selma Arruda pretende priorizar segurança

A segurança pública será uma prioridade para a senadora eleita Selma Arruda. Natural de Camaquã (RS), ela é juíza aposentada do Tribunal de Justiça de Mato Grosso e esteve à frente de operações que resultaram na prisão do ex-governador Silval Barbosa e de outros políticos.

— Eu fui juíza criminal por 22 anos, então

as minhas prioridades vão ser voltadas à área penal: segurança pública, combate à criminalidade e combate à corrupção.

Ela defende o direito ao porte de arma para a população e afirma que a legislação atual favorece os criminosos, gera uma sensação de impunidade e prejudica pessoas de bem.

Eduardo Girão (Pros-CE)



Arquivo pessoal

Empresário é contra a descriminalização do aborto

Eduardo Girão promete defesa da família

Senador eleito pelo Ceará, o empresário Eduardo Girão diz que em seu mandato desenvolverá um “trabalho firme” em defesa dos valores da família. Ele promete se posicionar contra a descriminalização do aborto, a legalização das drogas, a liberação do porte de armas e a educação sexual nas escolas.

O futuro senador também coloca como prioridade o combate a privilégios para autoridades. Ele antecipa que dispensará prerrogativas parlamentares que são “imorais” e “sem necessidade”.

— Vou abrir mão de auxílio-moradia, carro oficial com motorista, plano de saúde. Temos que dar o exemplo — afirmou.